

MOBI.E
MOBILIDADE ELÉTRICA



MOBILIDADE ELÉTRICA O PAPEL DOS MUNICÍPIOS

Guia Prático
para
Municípios



MOBI.E
MOBILIDADE ELÉTRICA



sunenergy

ÍNDICE



- 1 Enquadramento Legal..... 3
- 2 Agentes Ativos 4
- 3 Regulamentação Municipal 5
- 4 Promover a Expansão da Rede 7
- 5 Fixação de Taxas de Licenciamento.. 8





1

O PAPEL DOS MUNICÍPIOS | ENQUADRAMENTO LEGAL

Art.º 25º DL 39/2010
(versão atual)

- 2 – A instalação de pontos de carregamento em local público de acesso público no domínio público depende da titularidade de uma licença de utilização privativa do domínio público (...).
- 3 – Os termos das licenças a que se refere o número anterior são regulamentados por portaria conjunta dos membros do Governo responsáveis pelas áreas da energia e do ordenamento do território (...).

Artº 2 da Portaria 222/2016,
de 11 de agosto

- 4 – Os termos do procedimento de atribuição das licenças de utilização serão fixados pelos titulares dos bens dominiais ou pela entidade a quem esteja atribuída a respetiva gestão.

Lei 98/2021,
de 31 de dezembro

- Descarbonização da mobilidade, privilegiando a mobilidade elétrica e outras tecnologias de zero emissões princípio da política energética nacional.
- Os municípios têm 2 anos para aprovarem, em assembleia municipal, um plano municipal de ação climática.

Competências dos Municípios



2

O PAPEL DOS MUNICÍPIOS | AGENTES ATIVOS

Os Municípios são um dos principais atores impulsionadores da mobilidade elétrica, pois são os responsáveis pela gestão do espaço público.

Durante a fase de construção, essencialmente, os Municípios contribuíram com:

- Isenções nas tarifas de estacionamento para veículos elétricos;
- Migração das suas frotas para veículos elétricos;
- Protocolos de parceria com a MOBI.E para instalação de postos de carregamento.

Nesta fase de consolidação é fundamental que os Municípios promovam também a expansão da rede de carregamento de acesso público, com:

- O planeamento da infraestrutura de carregamento devidamente integrada nos planos de mobilidade do Município e da Região;
- Aprovação de regulamentação municipal adequada ao desenvolvimento do plano;
- Fixação de taxas que induzam a instalação de novos postos de carregamento.





3

O PAPEL DOS MUNICÍPIOS | REGULAMENTAÇÃO MUNICIPAL

Princípios Gerais

- Facilitar a instalação de postos de carregamento;
- Identificar todos os processos necessários à instalação de um posto de carregamento;
- Ter regras claras e transparentes;
- Ter aplicação universal;
- Fomentar a concorrência.

Minimizar o tempo de licenciamento

Principais Riscos

Distribuição desequilibrada da infraestrutura de carregamento:

- Concentração excessiva nas zonas de maior procura;
- Défice nas zonas de menor procura.

Morosidade na emissão de licenças:

- Obras de instalação de postos de carregamento;
- Utilização Privativa de Domínio Público.

Fixação de taxas para Utilização Privativa de Domínio Público demasiado elevadas para um mercado numa fase ainda embrionária.

Como Minimizar

Definição de critérios que garantam uma adequada dispersão geográfica da rede no território municipal.

Simplificação e digitalização de procedimentos que facilitem a celeridade da instrução e aprovação das licenças.

Definição de taxas adequadas ao retorno financeiro dos OPC.



3

O PAPEL DOS MUNICÍPIOS | REGULAMENTAÇÃO MUNICIPAL

Sugestões de regras de boas práticas a adotar:

Para fomentar a adequada distribuição geográfica dos postos, ordenada e equitativa por todo o território municipal

- Postos de potência mais elevada (rápidos e ultra-rápidos) junto a vias de maior circulação;
- Postos de carregamento semirrápidos (22 kW) junto a infraestruturas públicas, tais como: Mercados, Bibliotecas, Pavilhões, Piscinas, Comércio Local;
- Postos de menor potência (<22kW) em zonas residenciais, onde o carregamento ocorre tipicamente durante a noite por períodos mais longos;
- HUBs, com as 3 tipologias de carregamento, junto a serviços comerciais e áreas industriais com bons acessos interurbanos.

Sobre estacionamento

- Definição do período de tempo em que o VE pode permanecer estacionado após carga terminada (em função do tipo de posto e do período do dia/noite), sob pena de estacionamento indevido;
- Isenção do pagamento de tarifa de estacionamento para Veículos Elétricos;
- Promover a fiscalização correta da ocupação da instalação de carregamento.

Assegurar uma integração coerente, acessível e segura do posto na via pública (poluição visual, acessibilidade e circulação)

- Existência em permanência de um corredor de largura não inferior a 1,5m para circulação pedonal;
- O posto de carregamento, junto a passagens de peões, deve implantar-se no sentido da circulação viária, após as mesmas, com distância mínima de 1,2m;
- Interdição da instalação de postos de carregamento em cruzamentos, entroncamentos, curvas e rotundas.

Procedimentos para atribuição da licença

- Garantir princípios da concorrência e da publicidade na atribuição das licenças;
- Definir procedimento simplificado e expedito para instalação em locais predefinidos pelo Município;
- Articular a emissão com o regime da comunicação prévia da obra de instalação (art. 31.º DL 39/2010) – deferimento da licença condicionado à apresentação de comunicação prévia e à correta instalação do posto;
- O que deve ser claro para a instrução do pedido de licença:
 - Prazos;
 - Modo de apresentação do pedido;
 - Documentos que devem instruir o pedido.



O PAPEL DOS MUNICÍPIOS | PROMOVER A EXPANSÃO DA REDE

Sugestões de como os Municípios poderão ter um papel ativo na expansão da rede de carregamento no seu território:

Tipo de Concurso	Localização dos Postos	Investimento	Operação dos Postos	Prazo de Exploração	Retorno Município
Licenças de Utilização de Domínio Público	Definida pelo Município	Concessionário	OPC	10 a 15 anos	Taxas de licenciamento
Concessão para instalação de postos de carregamento	Definida pelo Município	Município	Município, se OPC, ou OPC após + 1 concurso para exploração	10 a 15 anos	Taxas de licenciamento e Renda de concessão da exploração
Concessão para instalação e operação de postos de carregamento	Definida pelo Município	Município e/ou Concessionário	Concessionário OPC	10 a 15 anos	Taxas de licenciamento e renda de concessão





O PAPEL DOS MUNICÍPIOS | FIXAÇÃO DE TAXAS DE LICENCIAMENTO

Os Municípios devem definir taxas a pagar pelos OPC pela utilização privativa do domínio público adequadas às condições de mercado:

- Devem ser proporcionais ao benefício económico auferido pelo titular da licença (OPC) – art. 4.º da Lei n.º 53-E/2006 (princípio da equivalência jurídica);
- A fase embrionária do mercado que exige um elevado esforço de investimento por parte dos OPC;
- Os custos com a operação dos postos.
- A capacidade limitada dos OPC em obter receita, dado que a atividade de operação de postos de carregamento não integra:
 - A comercialização de eletricidade para carregamento dos veículos elétricos (esta cabe aos CEME);
 - A gestão do estacionamento.

